

5.1.6. Função Defesa Nacional

O Brasil, nos últimos anos, vem gradativamente alcançando papel de destaque no cenário mundial, com o consequente crescimento dos desafios relacionados à defesa e à preservação de postura soberana e independente frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, cabe ao Ministério da Defesa - MD estabelecer políticas ligadas à defesa e à segurança do país, tais como a Política de Defesa Nacional - PDN e a Política Militar de Defesa - PMD.

O MD é órgão executor da direção superior das Forças Armadas, constituídas pelo Comando da Marinha, Comando do Exército e Comando da Aeronáutica. Além de sua missão principal de preparação e execução da Política de Defesa Nacional, o Ministério da Defesa tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande complexidade, tais como as operações militares combinadas, o orçamento de defesa, a política e estratégia militares, a logística militar, a mobilização nacional, o serviço militar e o desenvolvimento científico e tecnológico da área de defesa, dentre outros.

A atuação do Ministério da Defesa no ano de 2009 esteve voltada, basicamente, para os seguintes temas: A - Estratégia Nacional de Defesa, B - Defesa Terrestre, C - Defesa Naval, D - Defesa Aérea, E - Ação Combinada ou Conjunta das Forças Armadas, F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, G - Desenvolvimento da Aviação Civil e H- Ações de Apoio à Sociedade Civil, que comentamos a seguir.

A - Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa - END, aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, trouxe como linhas gerais doze macrodiretrizes, destacando-se a necessidade de desenvolvimento da capacidade de monitoração do território nacional, das suas águas jurisdicionais e de seu espaço aéreo.

Quanto à reorganização da indústria nacional de defesa, a estratégia enfatizou a criação de regime regulatório e tributário especiais para a Indústria Nacional de Defesa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos, bem como o estabelecimento de parcerias com outros países.

O documento estabelece uma nova orientação para a Defesa Nacional e define objetivos e métodos de construção de uma nova estrutura para a defesa, em geral, e para as Forças Armadas nos próximos anos.

Nesse sentido, foram atualizados em 2009, os diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas para fazer frente às hipóteses de seu emprego.

Em cumprimento às determinações do Presidente da República, consubstanciadas na Política de Defesa

Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa, o Ministério da Defesa elaborou em 2009 o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa - Paed, com o objetivo de harmonizar a nossa capacidade de defesa com o crescente nível de desenvolvimento e o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional.

O planejamento realizado considera o restabelecimento e o incremento, ao longo dos próximos 20 anos, de estrutura de defesa flexível, com capacidade de vigilância e monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa.

Da mesma forma, o planejamento leva em conta a necessidade de racionalidade administrativa, de coordenação de projetos comuns, de cooperação entre as Forças e de integração dos programas e projetos constantes do Paed com os demais segmentos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Paed representa a consolidação dos detalhados Planos de Articulação e Equipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referenciados a metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030), com os respectivos custos e prioridades.

B - Defesa Terrestre

No ano de 2009, o Exército Brasileiro - EB deu início ao planejamento das ações estratégicas necessárias à implementação da Estratégia Nacional de Defesa, que serão realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. Essas ações visam à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, ajustou-se às demandas dos planos estratégicos do Ministério da Defesa, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros, além de assegurar a efetividade na aplicação dos limitados recursos destinados à capacitação operacional e incrementar a interoperabilidade com as demais forças.

Destacaram-se também as atividades de ensino e pesquisa; o desenvolvimento da doutrina militar; o preparo contínuo dos quadros e a formação, a capacitação e o adestramento da reserva, visando à mobilização militar; bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e 7 operações de grande vulto, das quais citamos as Operações Fronteira Sul e Curare, esta última na Região Amazônica.

No dia 10 de fevereiro de 2009, o EB prestou apoio sob a forma de transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na Operação Liberdade, no resgate de seis pessoas que estavam em poder das Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia - Farc, em território colombiano.

Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação em Manaus empregaram duas aeronaves HM-3 (Cougar) e uma aeronave HM-2 (Black Hawk).

No campo internacional, cabe citar a continuidade da participação das tropas do Exército Brasileiro no contingente das Forças Armadas junto à Organização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), onde o Brasil, há cinco anos, protagoniza os sucessos alcançados por aquela missão de paz no processo de estabelecimento de um estado democrático, estável e justo.

O acréscimo de cem militares na Companhia de Engenharia no Haiti tem possibilitado planejar e executar, com eficácia, a ampliação dos trabalhos de reforma de escolas e de hospitais, bem como a realização de obras de asfaltamento, pavimentação de vias, construção de instalações portuárias, hidráulicas, elétricas e de saneamento básico, além da participação ativa na qualificação de mão de obra local.

Em 2009, a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Dentre muitos outros trabalhos, prosseguiu-se a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante-RN e do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o Exército apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões durante o deslocamento da gráfica, em São Paulo, até os 64 postos de distribuição dos Correios nos estados.

Apesar das dificuldades existentes no exercício de 2009, as ações desenvolvidas pelo Comando do Exército - devidamente alinhadas com os macro-objetivos preconizados na Lei do Plano Plurianual - contribuíram para manter o poder de dissuasão da Força Terrestre. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de se continuar o processo de modernização operacional das Organizações Militares do Exército, de aquisição e revitalização de blindados, de implantações de brigadas da selva, bem como de construção do aquartelamento do Comando Militar do Planalto, a fim de dotar o Exército Brasileiro das condições necessárias ao desempenho de suas atividades.

C - Defesa Naval

A missão primordial da Marinha é preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da pátria. Essa atribuição requer constante manutenção do preparo das unidades navais e respectivas tripulações, além de

fuzileiros, no adequado estado de prontidão operativa, para possibilitar o provimento da segurança da navegação aquaviária e o emprego do Poder Naval, sempre que necessário.

Tendo em vista essa constante necessidade de prontidão da Marinha do Brasil - MB, foram realizadas em 2009 diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, com a finalidade de manter o adestramento das tropas.

Essas operações contaram com a participação de unidades de marinhas amigas como as da Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

No Atlântico Sul, o país tem a responsabilidade sobre uma extensa área, denominada Amazônia Azul. O litoral mede cerca de 8.500 km de extensão, dotado de aproximadamente 40 portos, bem como uma malha hidroviária de 40.000 km de rios navegáveis.

Em 2009, foi criado o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - Proarea, com o objetivo de identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas localizadas na região, além do limite de nossas águas jurisdicionais, de importância econômica e político-estratégica para o Brasil.

Com essa finalidade, iniciou-se, em novembro de 2009, um trabalho de reconhecimento geológico para levantamento da potencialidade mineral dos depósitos de crosta cobaltífera da região da Elevação do Rio Grande, primeira desse gênero efetuada pelo Brasil, com o propósito específico de, futuramente, se requerer à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) uma área para prospecção e exploração mineral, conforme estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Dos assuntos afetos à Marinha do Brasil, ressalta-se a importância do Programa Antártico Brasileiro - Proantar, instituído em janeiro de 1982, com o objetivo de desenvolver pesquisas no Continente Antártico, para ampliar o conhecimento dos fenômenos naturais que ali ocorrem e sua repercussão no território brasileiro, e preservar o direito de o Brasil participar das reuniões consultivas periódicas sobre o Continente Antártico, conforme prevê o art. IX do Tratado da Antártida.

Uma das condições para permanência do Brasil nesse grupo é a manutenção da atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio regular de expedição àquela região. Por essa razão, o Brasil mantém uma base denominada Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF no Continente Antártico.

A importância da presença brasileira naquela região para a sociedade é o alto nível alcançado pela previsão meteorológica realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, órgão que mantém uma equipe permanente na EACF, cujo trabalho beneficia todos os setores que necessitam de informação sobre o clima.

Em 2009, foi iniciada a Operação Operantar XXVIII, com a saída do navio de apoio oceanográfico “Ary Rongel” e do navio polar “Almirante Maximiano”, que partiram do Rio de Janeiro em outubro e chegaram à Região Antártica no início de novembro. O tempo de permanência na região será de aproximadamente seis meses. Durante esse período, os navios serão utilizados, também, como plataforma para o desenvolvimento de atividades de campo para vários projetos.

Na presente expedição, o Programa Antártico Brasileiro desenvolverá atividades de pesquisa de projetos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, como o de Monitoramento Ambiental e o da Criosfera; de dez projetos do Ano Polar Internacional (em continuação); e de dois projetos de demanda espontânea: Antropologia (UnB) e Arqueologia (UFMG).

Esses projetos versam sobre temas variados, tais como: mudanças ambientais na Antártica e seus impactos globais, monitoramento ambiental da Baía do Almirantado e estudos complementares sobre a fauna e flora local, dentre outros.

Ainda no âmbito das atividades da Marinha do Brasil, merece destaque o Programa Nuclear da Marinha - PNM, executado pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo - CTMSP, que visa capacitar o país a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear.

Em 2009 continuaram em plena capacidade as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de prontificação de todo o Programa em 2014.

Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O CTMSP também é responsável pela produção, em escala laboratorial, de matéria-prima utilizada em blindagem balística leve.

Possui, ainda, a capacidade de produção, em escala semi-industrial, de combustível nuclear avançado para emprego em usinas nucleares modernas, bem como pela produção de materiais cerâmicos especiais e desenvolvimento de sensores inerciais, ambos destinados ao setor militar e com aplicação no setor industrial e petrolífero.

Pode-se destacar o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio – Usexa,

por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico.

Com o aproveitamento do arrasto tecnológico obtido no desenvolvimento do PNM, foram firmados convênios e contratos entre a Marinha e órgãos do Governo Federal, empresas públicas e privadas, em várias áreas, destacando-se a continuidade do contrato com as Indústrias Nucleares do Brasil - INB, pelo qual a Marinha constrói e comissiona cascatas de ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de urânio, necessário à produção dos elementos combustíveis para utilização nas Usinas Nucleares de Angra dos Reis, e do convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a implantação de uma cascata de enriquecimento isotópico no Laboratório de Enriquecimento Isotópico - LEI, no Centro Experimental Aramar.

Cabe ressaltar que o arrasto tecnológico do Programa Nuclear da Marinha apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens que permitirá um incremento nas demandas às indústrias brasileiras, possibilidade de geração de energia elétrica, de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

D - Defesa Aérea

Em 2009, a Força Aérea Brasileira - FAB, além de suas atribuições constitucionais, exerceu as mais diversas atividades em prol do bem-estar da sociedade e do desenvolvimento do Brasil.

Para cumprir a missão de “Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional, com vistas à Defesa da Pátria”, deu seguimento ao Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea, por meio da aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves.

Destaca-se no referido Plano, a incorporação de Aeronaves de Transporte e de Asas Rotativas e, ainda, a preparação e adequação da Infraestrutura de diversas Organizações Militares, para que pudessem receber os novos equipamentos.

Quanto à participação no Programa de Aceleração do Crescimento, a FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no estado do Amazonas localizados em Parintins, Maués, Barcellos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizados, em todas as regiões do território nacional, a Operação Porteira Fechada, com o objetivo de realizar o policiamento do espaço aéreo brasileiro, e o Exercício Comdaex, em Curitiba-PR, Canoas-RS e Santa Maria-RS, com o objetivo de realizar adestramento na condução de Operação de Defesa Aeroespacial.

Além dessas manobras, diversos exercícios operacionais foram conduzidos pelas quatro Forças Aéreas e os sete Comandos Aéreos Regionais, visando ao adestramento dos seus Estados-Maiores e das Unidades Aéreas subordinadas.

Com os recursos orçamentários recebidos na Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - foi possível alcançar o esforço aéreo de 171.912 horas de voo, com um índice de disponibilidade anual médio de 57,32%, referentes à média de 274 aeronaves disponíveis.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou na pesquisa e no desenvolvimento de projetos de interesse de sua área de atuação, conduzidos pelos institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA.

Nesse contexto, a principal contribuição desse Comando para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está na excelência da formação de recursos humanos, promovida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA.

Atualmente, mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrands e doutorandos formados pelo Instituto atuam em empresas do setor aeroespacial. Em 2009, o ITA formou 29 doutores e 180 mestres.

Quanto às pesquisas e ao desenvolvimento na fronteira do conhecimento, cabe registrar que o Brasil, por meio do DCTA, vem se destacando no cenário internacional, ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14-X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina.

O DCTA, ainda, concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser, além de desenvolver o primeiro Motor Aeronáutico a Pistão Flex no mundo, que foi projetado, e será certificado, para operar em pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou, em laboratório, o primeiro Turboreator Aeronáutico Brasileiro a querosene de aviação, o que insere o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. O DCTA realizou, também, o ensaio de queima em banco do Motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado nos 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

Além disso, obteve também a certificação do Foguete Suborbital VSB - 30, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2001, pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em parceria com a Agência Espacial Alemã (DLR). O Foguete VSB - 30 será usado para realizar estudos científicos em ambiente de microgravidade.

Após o acidente com o VLS - 1, a Agência Espacial Brasileira - AEB solicitou que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI do DCTA passasse a atuar como órgão certificador dos produtos aeroespaciais

brasileiros, haja vista sua comprovada capacidade de certificação na área de produtos para a Aeronáutica em geral.

O processo de certificação do foguete VSB - 30 foi o primeiro a ser totalmente realizado pelo IFI. A certificação de um veículo espacial coloca o Brasil na vanguarda da atividade de certificação de veículos espaciais, de extrema importância para a soberania nacional.

No Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Natal - RN, foram realizados seis rastreios do foguete Ariane, do voo 187 ao 192, em cumprimento ao acordo internacional firmado com a Agência Espacial Européia. Também foi efetivada, com êxito, a Operação Fogtrein II, com o lançamento do Veículo de Treinamento Básico e de dois foguetes de treinamento.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) representa uma atividade vital para o desenvolvimento do país, pois traz, na sua essência, a viabilização de objetivos nacionais relevantes, como a preservação da soberania e da integridade nacionais, além da prestação de serviço de utilidade pública, traduzido pelo provimento de segurança, fluidez e regularidade na circulação de veículos no espaço aéreo nacional, onde se inclui a indispensável atividade de transporte aéreo, destacando-se como principais realizações os seguintes programas:

- Implantação de Meios de Vigilância do Espaço Aéreo - continuidade à implantação ou substituição de Sistemas de Radar de Terminal, nas localidades de Natal, Fortaleza, Porto Seguro, Macaé, Navegantes e Rio de Janeiro. Deu-se início ao processo de compra de seis Sistemas de Radares de Longo Alcance para a substituição dos atuais radares existentes em Chapada dos Guimarães, Santa Teresa, Três Marias e Tanabi, bem como ao incremento desses tipos de radares nas localidades de Teresina e Palmas;
- Implantação de Meios de Apoio às Operações Aéreas Militares - instalação, no Aeródromo de Porto Velho, de Sistema de Radares Transportáveis do tipo GCA, composto por Radares Primário e Secundário de Área Terminal e Radar de Aproximação de Precisão. Além disso, deu-se continuidade às modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão existentes nas localidades de Santa Cruz, Santa Maria, Canoas e Anápolis;
- Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica - implantação de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrou a um conjunto de outros dez radares que já se encontram em operação na Amazônia Legal; início da instalação de novas Estações Meteorológicas de Superfície recém-adquiridas, em onze aeródromos, dentre os quais, Eduardo Gomes, Belém, São José dos Campos, Pirassununga, Uberlândia, Porto Seguro e Cachimbo. Iniciou-se também a modernização de trinta Estações Meteorológicas de Altitude e o processo para aquisição de outras quinze Estações Meteorológicas de

Superfície, que serão empregadas em vários aeródromos nacionais, visando à segurança das operações de pouso e decolagem.

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo, e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha, assim como o redirecionamento e ativação de Rotas de Navegação de Área - RNAV de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área de Tecnologia da Informação, foram realizadas a modernização e a padronização de torres de controle, a inauguração das novas torres de Congonhas e Galeão e iniciados trabalhos nas torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis.

No que concerne aos Serviços de Navegação Aérea, sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Decea, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro obteve da Organização de Aviação Civil Internacional, a segunda colocação em termos de conformidade, com um índice de 95%.

Este resultado coloca o Brasil num patamar de destaque, superior a diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália.

Merecem registro os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Cenipa, que atingiu um nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no ranking mundial, a EASA (*European Aviation Safety Agency*), e à frente de países como os Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

No que tange à projeção do Brasil na América do Sul, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos simulados, na área da fronteira entre o Brasil e países limítrofes, a FAB realizou as seguintes operações internacionais: Prata VI - Operação com a Força Aérea Argentina, executada a partir de Santa Maria - RS, para proteção da fronteira do Brasil com a Argentina; Colbra III - Operação com a Força Aérea Colombiana, executada a partir de São Gabriel da Cachoeira - AM com vistas a resguardar a fronteira do Brasil com a Colômbia; e Parbra II - Operação com a Força Aérea Paraguaia, desenvolvida a partir de Assunção, para proteger a fronteira do Brasil com o Paraguai.

A FAB também participou da Operação Salitre, em outubro de 2009, no Chile, tendo como objetivo realizar uma operação de grande porte, que envolveu a Aviação de Caça e Aeronaves de Reabastecimento em Voo, integradas com as Aviações similares das Forças Aéreas do Chile, Argentina e Estados Unidos e França.

No relacionamento com as demais Forças Armadas brasileiras, a FAB apoiou a Marinha do Brasil na Operação Patnav/Atlântico, que teve como objetivo realizar a patrulha marítima, em cumprimento às ações de vigilância do mar.

Apoiou, também, a missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e no Programa Antártico Brasileiro, coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com o transporte de equipamentos, materiais e pessoal, com alocação de 450:00 horas de voo.

A FAB apoiou o Exército Brasileiro no Plano de Missões Conjuntas - PMC; no Plano de Apoio à Amazônia - PAA, com a previsão de utilização de 1.432:00 horas de voo; e também o Contingente de Militares Brasileiros no Haiti, integrante da Força de Paz da ONU, sob coordenação do Ministério da Defesa do Brasil/ONU, com o objetivo de manter a ordem política e social naquele país, com a previsão de utilização de 884:25 horas de voo.

E - Ação Combinada e Conjunta das Forças

Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, o Ministério da Defesa realiza, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa - EMD, exercícios de operações conjuntas, visando ao adestramento das Forças, com o objetivo de mantê-las preparadas, de maneira que estejam em condições de, a qualquer tempo e quando acionadas, promover a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem em nosso país, com atuação integrada.

Dessa forma, o EMD tem adotado a sistemática de promover, anualmente, a realização de planejamentos conjuntos, tanto em nível estratégico como em nível operacional, que são testados, no ano seguinte, com a realização de exercícios operacionais de adestramento, os quais ocorrem nas mais diversas regiões do país.

Tais exercícios, denominados Operações Combinadas/Conjuntas, têm por objetivo estratégico, além do treinamento e da integração, demonstrar as capacidades e o poder dissuasório das Forças Armadas Brasileiras, nas diversas áreas de interesse estratégico do Brasil.

Outra meta a ser alcançada consiste em agregar capital intelectual aos participantes, para permitir o aumento da interoperabilidade entre os diversos sistemas das Forças, bem como a atualização da Doutrina Básica de Emprego Combinado.

Nessa linha de ação, o Estado-Maior de Defesa coordena e realiza seminários e cursos sobre temas militares, voltados principalmente para o emprego das Forças e para as operações de paz.

Esses eventos destinam-se a ampliar a interação entre os integrantes das três Forças, difundir e ampliar conhecimentos, estabelecer doutrina e formas de atuação, de modo a tornar o emprego conjunto cada vez mais eficaz.

No contexto das ações combinadas, destaca-se a atuação das Forças Armadas Brasileiras na Missão de Paz no Haiti, onde Marinha e Exército, com apoio logístico da Força Aérea, participam do esforço internacional conjunto de trazer a paz e o desenvolvimento para aquele país.

Ainda, em nível internacional, são realizadas reuniões e treinamentos envolvendo os Estados-Maiores de Forças Armadas de países amigos, o que possibilita a troca de experiências e conhecimentos, além de aproximar as Forças, contribuindo com as medidas de confiança mútua e com a política externa brasileira.

As ações combinadas ou conjuntas das Forças Armadas foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Preparo e Emprego das Forças Armadas, cujo objetivo é atender à necessidade de proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

As principais realizações do Programa, no exercício de 2009, estão detalhadas adiante, uma vez que esse se constitui um dos cinco programas estruturantes do Ministério da Defesa.

F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero administra 67 aeroportos, 34 terminais de logística de carga e 80 estações de apoio à navegação aérea, e está presente em todas as unidades da Federação.

Os aeroportos administrados pela Infraero concentram cerca de 97% do movimento do transporte aéreo regular. O número de pousos e decolagens equivale a 2,3 milhões de aeronaves nacionais e estrangeiras, conforme nova metodologia de cálculo, que transportam aproximadamente 124,7 milhões de passageiros por ano.

Em 2009, a Infraero realizou investimentos estratégicos, que se alinham com as diretrizes do Governo Federal, as quais visam promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda.

Esses investimentos destinaram-se a suprir as necessidades de ampliação da capacidade de operação dos aeroportos, imposta pelo aumento da demanda e pela necessidade de manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação administrados pela empresa.

A fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do país, os investimentos foram direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal.

A infraestrutura aeroportuária brasileira, que pode ser equiparada aos padrões internacionais, está sendo modernizada para atender à demanda dos próximos anos. Para isso, a empresa pratica um plano de obras arrojado,

que abrange praticamente todos os aeroportos por ela administrados e gera mais de 50 mil empregos em todo o Brasil.

Garantir a segurança de milhares de passageiros que transitam diariamente pelos aeroportos brasileiros é preocupação constante da Infraero. Sendo assim, no ano de 2009, a Empresa priorizou ações que visaram a ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, buscando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, de manter a segurança operacional e a adequação da infraestrutura aeroportuária.

O grande desafio da Infraero tem sido compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa. Por isso, traçou novas estratégias e objetivos e criou um plano para fortalecer ainda mais a segurança aeroportuária e o conforto dos milhões de usuários que, cada vez mais, utilizam os aeroportos brasileiros.

O Programa de Desenvolvimento de Aeroportos da Infraero concentra a maioria dos recursos investidos no Plano de fortalecimento da segurança dos aeroportos.

Em 2009, esses investimentos foram direcionados para a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão; a execução de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização horizontal e de obras de infraestrutura de sistemas de auxílio e proteção ao voo do novo complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante; a revitalização, modernização e manutenção do primeiro e do segundo terminal de passageiros do Galeão, a ampliação e reforço do pátio de aeronaves e da pista de pouso/decolagem do Aeroporto de Parnaíba e a desapropriação das áreas para viabilizar a construção da segunda pista do Aeroporto Internacional de Campinas, dentre outros.

No Programa de Desenvolvimento da Segurança Aeroportuária, destacam-se como principais resultados a reforma e modernização de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança aeroportuária e a modernização dos equipamentos utilizados para proteção contra atos ilícitos.

Destacam-se ainda os investimentos voltados aos módulos de segurança aeroportuária, que envolveram ações de reforma, ampliação, adequação e modernização dos componentes indispensáveis à otimização da segurança, bem como reforma de guaritas, cercas e muros, o que permitiu melhorias no sistema de proteção perimetral dos aeroportos, e por fim a reforma dos postos de primeiros socorros visando melhorias nos atendimentos médicos de emergência e modernização dos sistemas de vigilância.

Nas iniciativas do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia, Sistemas Aeronáuticos e Aeroportuários, a realização dos investimentos contribuiu para a melhoria da infraestrutura para suporte de sistemas, bem como para o desenvolvimento e modernização dos sistemas

administrativos, provendo, desta forma, aumento na eficácia e eficiência dos serviços prestados pela Infraero.

Destaca-se ainda a melhoria da infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, o que aumentou a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, proporcionando maior produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea, assim como a atualização dos equipamentos para a sustentabilidade dos sistemas administrativos da Infraero, visando à continuidade dos serviços prestados e abrangendo a gestão de riscos e segurança da informação da Tecnologia da Informação.

Por fim, o Programa de Gestão Ambiental vem pautando o planejamento orçamentário, com foco no cumprimento das condicionantes legais dos processos de licenciamento ambiental, bem como no atendimento da Política Ambiental da Empresa, que é assegurar a minimização dos impactos ambientais decorrentes da implantação, operação e da expansão dos aeroportos.

G - Aviação Civil

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade no escopo das atividades rotineiras da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e dos demais integrantes do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, em 2009, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade.

Dos resultados obtidos, destaca-se a redução de 23% no número de acidentes da aviação geral em relação ao ano anterior. Nesse sentido, foi aprovado nos termos da Resolução nº 106, de 30/6/2009, o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional - SGSO, que vem se consolidando como eficiente ferramenta para a redução dos acidentes aeronáuticos no país.

A partir da constatação de que parcela significativa dos acidentes aeronáuticos ocorre na aviação geral, a ANAC instituiu a obrigatoriedade de adoção dos programas de segurança operacional desse segmento. Dessa forma, a Agência investiu em capacitação profissional por meio da realização de cursos de gerenciamento da segurança operacional, nos quais se formaram cerca de 210 gestores de segurança operacional para a aviação geral.

Merece destaque na área de certificação, a emissão do Certificado de Homologação de Tipo da aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu também a certificação de outros países e viabilizou a exportação das aeronaves produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Embraer. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novos aviões destinados tanto à exportação, quanto ao mercado interno, e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a

aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Pólo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos (SP). Essa iniciativa visa ao incentivo do surgimento de novos profissionais na área de tecnologia, uma vez que esse é um mercado em forte crescimento.

O objetivo é tornar os profissionais aptos a atender as demandas futuras da indústria do setor, que tem em São José dos Campos um dos maiores fabricantes de aeronaves do mundo, a Embraer.

No ano de 2009, o tráfego aéreo no Brasil teve um crescimento de aproximadamente 17,65% no fluxo de passageiros transportados em relação ao ano anterior. No entanto, a demanda por voos internacionais, impactada pela crise econômica mundial no primeiro semestre, não apresentou variação significativa, apesar de sua recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pelo estabelecimento da liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos. Em 2008, essa prática foi ampliada para os trechos da América do Sul e, em 2009, foi gradativamente estendida para todos os voos internacionais. Há previsão legal de que essa liberdade tarifária seja totalmente praticada em 2010, conforme dispõe a Resolução nº 83, de 22/4/2009.

Destaca-se ainda a revisão das normas internacionais referentes às áreas de aeronavegabilidade, infraestrutura e de segurança operacional, que atingiu, até novembro de 2009, 30% dos regulamentos revistos, atualizados e transformados em Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil, alinhados com a Lei nº 11.182/2005, com os anexos da Convenção de Chicago e com as melhores práticas internacionais.

No campo das relações internacionais, o Brasil passou por uma auditoria realizada pela Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do país no cumprimento das normas internacionais da aviação.

A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar. Os protocolos da ANAC – que correspondem a 70% da auditoria da OACI – atenderam a 84% das exigências.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration - FAA*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de aeronavegabilidade, segurança operacional e habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, o que habilita as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

A ANAC, seguindo as orientações de seu marco regulatório para o mercado internacional (Lei nº 11.182/2005;

Resolução nº 07/Conac e PNAC), renegociou 26 acordos bilaterais com os seguintes países: África do Sul, Austrália, Bélgica, Chile, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Peru, Reino Unido, Rússia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Panamá, Angola, Hong Kong, Coreia, Colômbia, Moçambique, Israel, Egito, República Dominicana, Suriname e Marrocos.

No cumprimento do marco regulatório instituído, as delegações negociadoras objetivaram a melhoria do acesso a mercados. Em primeiro lugar, buscou-se a eliminação de restrições à oferta de novos serviços e o combate a eventuais reservas de mercado, ampliando-se substancialmente o número de frequências mistas acordadas nos mercados identificados.

Por constituir-se em insumo direto à cadeia produtiva de outros setores da economia brasileira, atenção especial foi concedida ao mercado de carga com origem e destino Brasil.

Ainda no que diz respeito a acesso a mercados, foram flexibilizadas as disposições quanto a quadro de rotas e direitos de tráfego. No que tange à necessidade de modernização de acordos, foram sistematicamente renegociadas as cláusulas sobre designação, tarifas e código compartilhado.

H - Ações de Apoio à Sociedade Civil

Projeto Rondon

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Projeto Rondon foi reinaugurado pelo Governo Federal em janeiro de 2005, depois de ficar desativado por 14 anos. Durante o período de férias escolares, professores e estudantes universitários são levados a regiões carentes do país, para colaborar no processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades visitadas. Essa oportunidade proporciona aos participantes o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária, o que contribui para a consolidação do sentimento de responsabilidade social.

O Projeto é realizado por meio da parceria entre as Forças Armadas, que fornece o suporte logístico e a segurança necessários às operações, e diversos ministérios, e conta ainda com a colaboração de governos estaduais, prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil.

Os “rondonistas” realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e AIDS; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e

tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Em 2009 foram habilitados 1.770 “rondonistas” de 235 Instituições de Ensino Superior (IES), que atuaram em 120 municípios dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Sul. Desde a primeira operação, após a reativação do projeto em janeiro de 2005 e até dezembro de 2009, foram habilitados 6.538 “rondonistas” de 697 IES, que atuaram em 440 municípios.

Combate a Pandemias e Epidemias

Em 2009, o Ministério da Defesa prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas, dentro do esforço governamental de enfrentamento de uma pandemia de influenza. A ênfase foi dada às ações de prevenção da Influenza A - H1N1, inicialmente denominada “gripe suína”.

O Ministério realizou, no exercício de 2009, atividades de coordenação, elaboração e atualização dos Planos de Aeroportos, de Portos e de Fronteiras, referentes às ações de preparação em face da pandemia de influenza, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional; apoiou, por meio de equipamentos eletrônicos de comando e controle e de pessoal militar especializado, os simulados conduzidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com vistas ao enfrentamento do vírus da influenza em áreas remotas, supostamente infectadas; utilizou os laboratórios militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em conjunto com a Fiocruz/MS, para a produção do medicamento “oseltamivir”, recomendado pela OMS, com vistas ao tratamento de pacientes infectados.

As Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, atuaram ainda no combate à epidemia de dengue no estado da Bahia, nos meses de março e abril de 2009. A atuação foi voltada ao combate ao vetor e identificação dos locais contaminados.

As Forças viabilizaram o deslocamento de equipes médicas em áreas de difícil acesso. Essas ações permitiram diminuir a incidência da doença e possibilitaram o atendimento médico a milhares de pessoas, de modo a minorar os problemas da população afetada pela dengue.

A Marinha do Brasil também participou de ações de combate à dengue em quase todo o Brasil, em parceria com diversos órgãos governamentais, destacando-se a atuação no Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Amazonas.

No exercício de 2009, o Exército apoiou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no controle da proliferação da gripe A - H1N1 e no controle sanitário das passagens de fronteiras nos estados do Acre, Roraima, Amapá, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De janeiro a março de 2009, o Exército desenvolveu operações em apoio às secretarias

municipais de saúde dos estados do Pará, Acre e Goiás, nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Apoio às Eleições Municipais Suplementares de 2008

No decorrer do ano de 2009, sob a coordenação do Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, as Forças Armadas prestaram apoio ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE na execução da logística e na segurança institucional, por meio de ações para garantir a lei e a ordem nas eleições municipais suplementares de 2008, atuando em oito municípios de vários estados, sendo eles: Feijó/AC; São Pedro do Piauí/PI; Francinópolis/PI; Coari/AM; Japurá/AM; Amarante do Maranhão/MA; Centro Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios/ MA, onde aconteceram novas eleições.

Apoio ao Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

O Ministério da Defesa, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, apoiou, no período de 3 a 6 de novembro, a realização das provas do Enem. Esse apoio limitou-se à guarda, segurança e transporte das provas das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT aos seus locais de realização. Ao Exército Brasileiro coube armazenar e guardar, em várias Organizações Militares, os paletes que continham as provas, até serem enviados aos pontos de distribuição e locais de realização do Exame, em 74 diferentes municípios de todas as unidades da Federação. A Marinha, por sua vez, transportou funcionários e provas a onze municípios de difícil acesso no estado do Amazonas, utilizando-se de um navio-patrolha e onze lanchas. A Força Aérea, a exemplo da Marinha, realizou o transporte de pessoal e material, utilizando-se de uma aeronave Brasília e duas aeronaves Caravan, em oito municípios do estado do Amazonas; cinco do Acre e um em Roraima.

Ajuda Humanitária Internacional

Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, o Estado-Maior de Defesa - EMD coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais em vários países do continente latino-americano, entre eles: Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil.

Demais ações do Ministério da Defesa em prol da Sociedade Civil

No Rio Grande do Sul, a Marinha prestou apoio ao resgate dos desabrigados, que tiveram suas residências inundadas pelas águas do Canal São Gonçalo, na localidade do Capão do Leão-RS. O mau tempo, com fortes chuvas e ventos de aproximadamente 100 km por hora, interrompeu estradas na região sul do estado, o que impediu, inclusive, o acesso à capital pela BR-116 e deixou várias famílias desabrigadas, sem luz e abastecimento de água.

A Capitania dos Portos do Piauí atendeu à solicitação das Prefeituras Municipais de Parnaíba e Esperantina, no apoio às vítimas das enchentes no estado do Piauí e contribuiu com pessoal, embarcações e viaturas; realizou a evacuação de enfermos e de famílias ilhadas, além de entregar alimentos e medicamentos aos desabrigados.

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de controle de tráfego marítimo e fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de navios de assistência hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes.

Merecem destaque também as assistências hospitalares e as ações cívico-sociais realizadas pela Marinha em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste. Ao todo foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e prestou-se assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em 19 localidades, onde foram realizados 1.300 atendimentos médicos-odontológicos, 10.000 procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de 200 pessoas.

Dentre as mais de 111 operações de socorro e salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade SAR (*Search and Rescue*) do Brasil, distante das bases da MB, onde foram empregados onze navios e seis aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares.

Por sua vez, o Exército apoiou diversos órgãos e empresas, para os quais forneceu alimentação, transporte e alojamento de pessoas e materiais de combate a incêndios, e realizou operações de busca e salvamento. Pode-se citar como exemplo de entidades apoiadas, o Ibama; o Ministério Público Federal; a Companhia Vale do Rio Doce; a Primeira Comissão Demarcadora de Limites - PDCL; a Petrobrás; o grupo de trabalho responsável pela identificação de corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como "Guerrilha do Araguaia"; a Polícia Federal; o Corpo de Bombeiros do Estado do Acre; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

Em função das fortes chuvas que atingiram diversas regiões do Brasil, o Exército desenvolveu importante apoio em prol das vítimas.

Foram realizadas as atividades de assistência às populações desabrigadas, principalmente na evacuação de pessoas isoladas pelas águas, desobstrução de vias, transporte e distribuição de geradores de energia, caixas d'água, colchões, cobertores, roupas e alimentos.

O Exército Brasileiro continuou o desenvolvimento da Operação Pipa, destinada a minorar o sofrimento imposto à população do sertão nordestino pela seca constante.

A operação em questão compreendeu o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o transporte, a desinfecção e a distribuição da água potável nas microrregiões em situação de emergência.

Particularmente, cabe ressaltar a participação da FAB, em 2009, no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no estado de Santa Catarina, ocasião em que foram transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg de carga. O Hospital de Campanha da Aeronáutica - HCAMP, instalado no Vale do Itajaí, atendeu, em 19 dias, um total de 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. Do mesmo modo, avultou os trabalhos da busca e resgate das vítimas do acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, Voo 447, em 31 de maio de 2009, quando foram voadas 1.335:00 horas, com 10 aeronaves e 250 militares deslocados.

A FAB prestou apoio a diversos órgãos e entidades, principalmente, no transporte de cargas e pessoas.

Como exemplo, pode ser citado o transporte de agentes da Polícia Federal, para participar de diversas operações realizadas em vários pontos do país; o transporte do efetivo que participou das operações da Força Nacional de Segurança Pública para diferentes regiões do país; o apoio às operações da Justiça no traslado de presos entre as diversas penitenciárias federais; o apoio ao Projeto Rondon e ao Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e o apoio à Comissão Demarcadora de Limites, na busca e ratificação dos marcos fronteiriços do extremo norte do país.

As aeronaves do Comando-Geral de Operações Aéreas - Comgar foram constantemente acionadas para apoio aos cidadãos necessitados de atendimento emergencial, com destaque para o apoio às vítimas de enchentes do Nordeste, nas regiões atingidas nos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

Também foram utilizadas para apoiar operações de combate a incêndios florestais, evacuação aeromédica, assim como a Missão de Misericórdia (MMI), realizada para remover enfermos e feridos, para locais com melhores condições de atendimento médico-hospitalar.

O Comgar, por intermédio dos Comandos Aéreos Regionais e Bases Aéreas, promoveu diversas operações Aciso (ação cívico-social), por conta própria ou em cooperação com diversas organizações de assistência social das localidades envolvidas, para levar às comunidades carentes atendimento médico, odontológico, laboratorial e psicológico, medicamentos e alimentos, lições de cidadania e a esperança em uma vida melhor.

No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Fundação Nacional de Saúde - Funasa para realização de campanhas em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do país.

Destaca-se, também, o transporte dos técnicos da Comissão do IBGE e da *Land and Survey Commissione* até

os pontos mais setentrionais do país, com a utilização de helicópteros; o apoio ao Programa Calha Norte – iniciativa coordenada pelo Ministério da Defesa para apoio às áreas de fronteira internacional da Região Amazônica; e atendimentos específicos à Presidência da República, Ministérios, Poder Legislativo e Poder Judiciário, na esfera federal.

Considerando a orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de empregar todas as forças disponíveis para minorar o sofrimento das populações mais carentes e assisti-las com os meios possíveis para acelerar seu desenvolvimento na direção da cidadania plena, o Comando da Aeronáutica incrementou, em 2009, as atividades do Correio Aéreo Nacional, voltadas especialmente para os setores mais longínquos do território.

Execução Orçamentária do Ministério da Defesa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Função Defesa Nacional

A Constituição Federal estabelece, no art. 21, III, que compete à União assegurar a Defesa Nacional. Segundo o art. 142 da CF, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Execução Orçamentária das Ações Relativas à Função Defesa Nacional

O orçamento de 2009 do Ministério da Defesa foi contemplado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, na função Defesa Nacional, com o montante de R\$ 29.272,4 milhões em dotações orçamentárias, distribuídos nos seguintes grupos de despesas:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 15.019,1 milhões;
- Outras Despesas Correntes: R\$ 7.157,5 milhões;
- Investimentos: R\$ 7.080,2 milhões;
- Inversões Financeiras: R\$ 15,6 milhões.

Desse valor, foram empenhados R\$ 26.147,14 milhões, por meio, principalmente, das unidades orçamentárias dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que empenharam cerca de R\$ 21.800,0 milhões, o que representou 83,4% do total executado, especialmente pelo fato de essas unidades concentrarem o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais. O demonstrativo seguinte apresenta os valores empenhados na função, ao longo dos últimos cinco exercícios financeiros. Verifica-se um crescimento mais acentuado nos últimos três exercícios, devido principalmente aos reajustes salariais ocorridos nesse período, aliado aos gastos com a Defesa Aérea, fato abordado no tópico apresentado adiante que trata dos empenhos nas subfunções.

em R\$ milhões

DEFESA NACIONAL	EMPENHADO				
	2005	2006	2007	2008	2009
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	15.374	16.806	19.517	22.471	26.147

Fonte: Siafi em 11/1/2010

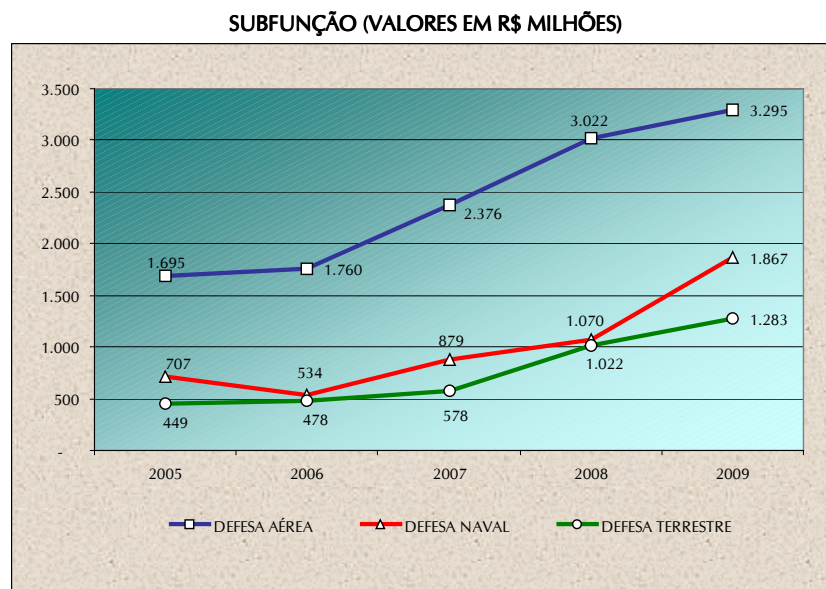
Execução Orçamentária nas Subfunções

A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas, referentes às subfunções típicas da função Defesa Nacional, bem como daquelas combinadas a outras funções. Ressalte-se o montante significativo de despesas da função Defesa Nacional em subfunções atípicas, a exemplo da “Administração Geral”, do programa “Apoio Administrativo”, e a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” do Programa “Serviço de Saúde das Forças Armadas”, responsáveis, respectivamente, por 62,4% e 4,4% dos valores empenhados na função, o que equivale a R\$ 17,5 bilhões.

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL POR SUBFUNÇÕES	
	EMPENHADO	%/DOTAÇÃO AUTORIZADA
SUBFUNÇÕES TÍPICAS	6.445	71,5%
151 Defesa Aérea	3.295	88,2%
152 Defesa Naval	1.867	48,6%
153 Defesa Terrestre	1.283	89,2%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	19.702	97,3%
TOTAL	26.147	89,3%

Fonte: Siafi em 11/01/2010

O gráfico seguinte apresenta a evolução, nos últimos 5 anos, dos valores empenhados nas subfunções típicas. Observa-se que as despesas correspondentes à subfunção “Defesa Aérea” é invariavelmente superior às demais, em vista das ações destinadas à aquisição e modernização de aeronaves e à logística de aviação (combustíveis e material de aviação), além das voltadas ao controle do espaço aéreo e infraestrutura aeroportuária, estas duas últimas custeadas por receitas próprias. Todavia, observa-se um estreitamento da distância entre os valores da subfunção “Defesa Naval” e os valores da subfunção “Defesa Aérea”, em função da inclusão do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub, no orçamento do Comando da Marinha, para o qual foi aberto crédito especial no valor de R\$ 2,1 bilhões no presente exercício.



Fonte: Siafi em 11/01/2010

No próximo quadro é apresentada a execução orçamentária dos programas associados à função Defesa Nacional, constantes dos grupos de despesa Custeio e Investimentos, indicando-se o percentual executado, comparado à dotação orçamentária. Foi realizada análise sucinta sobre os maiores programas, bem como sobre a execução físico-financeira das respectivas ações de maior materialidade, considerada a execução financeira.

PROGRAMA	DEFESA NACIONAL		TOTAL	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
0750 - Apoio Administrativo	1.711,9	95,3	1.711,9	95,3
0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	1.374,2	88,0	1.374,2	88,0
0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas	1.160,6	99,7	1.160,6	99,7
0626 - Reaparelhamento e Adeq. da Marinha do Brasil	1.016,6	39,0	1.016,6	39,0
0622 - Preparo e Emprego do Poder Naval	974,3	71,8	974,3	71,8
0621 - Preparo e Emprego da Força Aérea	898,3	89,0	898,3	89,0
0623 - Segurança de Voo e Contr. do Esp. Aéreo Brasileiro	829,1	88,4	829,1	88,4
0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre	761,2	91,3	761,2	91,3
0628 - Reaparelhamento e Adeq. do Exército Brasileiro	452,7	88,8	452,7	88,8
0631 - Desenv. Da Infra-Estrutura Aeroportuária	320,5	74,7	320,5	74,7
0181 - Brasil no Esporte Alto Rendim - Brasil Campeão	257,1	93,5	257,1	93,5
0629 - Tecnologia de Uso Naval	185,3	98,6	185,3	98,6
0643 - Calha Norte	182,2	73,5	182,2	73,5
1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução	170,7	97,2	170,7	97,2
8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	147,3	90,6	147,3	90,6
0639 - Segurança da Navegação Aquaviária	140,9	92,3	140,9	92,3
0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil	132,5	63,9	132,5	63,9
0642 - Tecnologia de Uso Terrestre	105,1	85,6	105,1	85,6
0474 - Recursos do Mar	95,3	72,6	95,3	72,6
1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	79,4	70,2	79,4	70,2
0627 - Tecnologia de Uso Aeroespacial	54,4	60,9	54,4	60,9
0633 - Ensino Profissional da Marinha	33,7	97,2	33,7	97,2
0638 - Ensino Profissional do Exército	29,2	100,1	29,2	100,1
1057 - Comunic., Comando, Controle e Intelig. F. Arm.	21,8	70,4	21,8	70,4
0640 - Ensino Profissional da Aeronáutica	18,3	96,7	18,3	96,7
0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional	11,8	62,1	11,8	62,1
8026 - Mobilização para Defesa Nacional	6,0	93,4	6,0	93,4
0472 - PROANTAR	5,9	53,9	5,9	53,9
0464 - Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	4,6	97,0	4,6	97,0
1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	3,9	90,0	3,9	90,0
0167 - Brasil Patrimônio Cultural	3,8	91,6	3,8	91,6
0496 - Informações Integradas para Proteção da Amazônia	2,8	100,0	2,8	100,0
1061 - Brasil Escolarizado	1,0	75,5	1,0	75,5
1201 - Ciência, Tecn. e Inovação no Complexo da Saúde	0,5	100,0	0,5	100,0
TOTAL	11.192,90	78,5%	11.192,90	78,5%

Fonte: Siafi, em 11/01/2010

Dentre os programas mais relevantes do quadro anterior, registre-se que o Programa de Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira é composto por ações relativas à construção de instalações militares e de próprios nacionais residenciais, desenvolvimento e implantação de sistemas corporativos, bélicos e de comunicação, e aquisição de equipamentos e materiais. Tal programa é financiado por recursos do Tesouro Nacional, por recursos externos e outros diretamente arrecadados no Fundo Aeronáutico e teve como principal ação a “Aquisição de Aeronaves”, à qual se atribuiu 49,5% da dotação autorizada. O Programa “Serviço de Saúde das Forças Armadas” foi instituído com a finalidade da prestação de assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar, ativo e inativo, incluídos os dependentes, e é composto, em sua maior parte, da Ação “Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos”. O Programa teve execução físico-financeira, na maioria de suas ações, de aproximadamente 100%. Dentre as emendas parlamentares aprovadas, destacamos as seguintes:

- Programa Calha Norte – R\$ 185,6 milhões

- Preparo e Emprego da Terrestre – corte de R\$ 37,4 milhões
- Preparo e Emprego da Força Aérea – corte de R\$ 49,4 milhões
- Reaparelhamento FAB – corte de R\$ 152,0 milhões
- Reaparelhamento EB – corte de R\$ 106,8 milhões
- Reaparelhamento MB – corte de R\$ 45,3 milhões

Contingenciamento

Com a edição do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009 (Programação Orçamentária e Financeira), o orçamento do Ministério da Defesa foi contingenciado em R\$ 2,7 bilhões, recaindo essa restrição fortemente nas despesas originárias de emendas parlamentares. Ao longo do exercício de 2009 foram concedidas diversas ampliações de limites de movimentação e empenho, no montante líquido de R\$ 2,77 bilhões, concomitantemente com a abertura de novos créditos adicionais, ficando, por fim, liberados para execução orçamentária R\$ 11.148 milhões dos R\$ 13.978 milhões de dotações sujeitas ao decreto de programação orçamentária e financeira, conforme demonstrativo a seguir:

R\$ milhões			
UNIDADE	LEI + CRÉDITOS	LIBERADO	CONTINGENCIADO
Administração Central	879,1	743,9	135,2
ANAC	216,1	138,1	77,9
Aeronáutica	4.834,5	4.404,9	429,6
Exército	3.104,0	2.896,6	207,3
Marinha	4.944,4	2.964,6	1.979,9
TOTAL GERAL	13.978,0	11.148,1	2.829,9

Fonte: Siafi

Créditos Adicionais

O Ministério da Defesa foi contemplado em 2009 com diversos créditos adicionais, num total líquido de R\$ 1.035,3 milhões, nas dotações dos grupos custeio e investimentos. Desses créditos, destaca-se a reabertura de créditos especiais em favor de diversas unidades do Ministério da Defesa, pelos saldos apurados em 31/12/2008, no valor global de R\$ 469,3 milhões, conforme os normativos especificados a seguir:

Lei nº 11.824, de 13/11/2008 - Leplac: Reabertura de crédito especial no valor de R\$ 127,4 milhões, visando a permitir à Marinha do Brasil dar continuidade ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – Leplac.

Lei nº 11.866, de 19/12/2008 - Jogos Mundiais Militares e Construção do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto: O crédito especial reaberto no valor de R\$ 275,0 milhões, com o objetivo de viabilizar ações preparatórias à realização dos V Jogos Mundiais Militares – Jogos da Paz na cidade do Rio Janeiro, em 2011. Destinou-se ao Comando do Exército R\$ 66,9 milhões, para a execução de obras de construção, ampliação e instalação de infraestrutura adequada ao quartelamento do Comando Militar do Planalto – CMP e da 11ª Região Militar – 11ª RM, no Setor Militar Urbano, em Brasília, Distrito Federal.

Decreto de 11 de maio de 2009: Recomposição da LOA, que resultou em redução no valor de R\$ 7,7 milhões.

MP no 463, de 20/5/2009, convertida na Lei nº 11.981, de 9/7/2009 (Enchentes no Nordeste e Pandemia de Influenza: Foi aberto crédito extraordinário no valor global de R\$ 174,9 milhões, de modo a atender as seguintes necessidades:

- **Enchentes no Nordeste** - viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em municípios de várias unidades da Federação atingidas por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos;
- **Pandemia de Influenza** - possibilitar a execução de despesas imprescindíveis ao desenvolvimento de ações do Governo para prevenção, preparação e combate a uma possível pandemia de influenza, tendo em vista a situação emergencial relacionada à saúde pública de importância internacional, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, no valor de R\$ 7,1 milhões.

Lei nº 11.957, de 25/10/2009 (Aeronaves HX e HX): O crédito especial no valor de R\$ 305,0 milhões teve como objetivo incluir na Lei Orçamentária de 2009 – LOA 2009 uma programação específica no Comando da Aeronáutica para atender ao projeto de desenvolvimento de cargueiro militar denominado KC-X 390.

Viabilizou também o pagamento de parcela do “down payment”, estabelecido no contrato comercial decorrente da parceria estratégica, na área da aeronáutica militar, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, para a produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas - Projeto H-X BR.

Decreto de 14 de julho de 2009 (Imbel): Atender os gastos com os benefícios de assistência médica e assistência pré-escolar aos servidores da Imbel.

Decreto de 26 de agosto de 2009 (Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab e Fator de Custo): Construção de dois prédios, com recursos transferidos ao Comaer por meio de convênios firmados com o DCEA, visando à ampliação, adequação e instrumentalização das instalações Icea e dar cumprimento à determinação da Advocacia Geral da União – AGU, com a edição da Súmula nº 36, de 16 de setembro de 2008, dispondo na linha de que todos os ex-combatentes que efetivamente participaram de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, bem como seus dependentes, têm direito à assistência médica hospitalar, a ser prestada nas Organizações Militares de Saúde.

Decreto de 29 de setembro de 2009 (Benefícios): Recursos adicionais no valor de R\$ 10,3 milhões, com o objetivo custear as despesas com benefícios aos servidores do Comando da Marinha, Imbel, Anac, HFA até o final do exercício.

Lei nº 12.059, de 23 de outubro de 2009 (Prosub): Crédito especial no valor de R\$ 2,1 bilhões para atender ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub.

Decreto de 11 de novembro de 2009 (Fundo de Saúde): Recursos adicionais no valor de R\$ 126,9 milhões, oriundos da abertura de crédito suplementar, viabilizado por remanejamento de recursos e excesso de arrecadação. Tais recursos tiveram as seguintes destinações:

- **Fundo de Saúde da Aeronáutica** - manutenção das instalações, ambulâncias, aquisição de medicamentos

e demais materiais utilizados nas organizações militares de saúde da FAB;

- **Fundo de Saúde do Exército** - melhorar e ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares ativos e inativos e aos pensionistas e dependentes legalmente amparados;
- **Fundo de Saúde da Marinha** - custear despesas imprescindíveis e inadiáveis com atendimento médico-hospitalar com profissionais e organizações de saúde, despesas de serviços odontológicos, internações e atendimentos de urgência; e
- **Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica** – readequar e adaptar a instituição, localizada no Aeroporto da Pampulha e destinada à formação de oficiais.

Lei nº 12.108, de 9 de dezembro de 2009 (Turboélice): Crédito especial no valor de R\$ 10,0 milhões, para viabilizar o início das ações voltadas à execução da primeira fase do projeto de concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turboreator TH 1000.

Lei 12.118, de 15 de dezembro de 2009 (Exames Periódicos): O crédito especial em questão visou tão somente à criação da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, para possibilitar a alteração do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, tendo em vista a incorporação efetiva dessa ação no Projeto de Lei para 2010. Sendo assim, os valores desse crédito, em 2009, foram apenas simbólicos e não deverão ser objeto de execução orçamentária.

Lei 12.159, de 29 de dezembro de 2009: Crédito suplementar mediante remanejamento de recursos e a incorporação de superávit e de excesso de recursos próprios não-financeiros, viabilizando recursos adicionais no valor de R\$ 24,7 milhões, com as seguintes destinações:

- **Administração direta** – atender à revisão do cronograma de execução das ações relativas ao V Jogos Mundiais Militares, incluindo as atividades de gerenciamento da implementação das ações preparatórias, a construção e adequação de instalações desportivas e o sistema de segurança e logística dos participantes;
- **Comando da Aeronáutica** – dar prosseguimento ao desenvolvimento e à aquisição de equipamentos para a linha de produção da modernização da frota de aeronaves A-1, bem como honrar compromissos contratuais com fornecedores no país e no exterior;
- **Comando da Marinha** – dar continuidade às pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de reator nuclear, que servirá de propulsor do submarino movido a energia nuclear;

- **Fundo Aeronáutico** – realizar as obras de recuperação do aeroporto do município de Caravelas, no estado da Bahia, de grande importância para o desenvolvimento econômico e social, beneficiando a população local e dos municípios vizinhos; e

- **Fundo do Exército** – ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares e seus dependentes, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O MD, incluindo seus fundos, apresentou uma execução orçamentária em torno de 80% do total dos recursos disponíveis para gasto (descontingenciados), incluindo os créditos extraordinários abertos em 2008. Cabe ressaltar que o crédito especial aberto no âmbito do programa “Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil”, no valor de R\$ 2,1 milhões, destinado a atender despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) teve execução inexpressiva no exercício de 2009, uma vez que a parcela significativa do cronograma está prevista para o início de 2010.

Programas Estruturantes do Ministério da Defesa

Não obstante a importância de todos os Programas e Ações do Ministério da Defesa constantes do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011 para a consecução de seus objetivos, os programas relacionados ao reaparelhamento do Exército, Marinha e Aeronáutica, aliados ao Programa de Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas e ao Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, constituem-se nos cinco programas estruturantes das atividades do MD.

Programa 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro tem como objetivo adequar a estrutura e o material do Exército ao atendimento das necessidades de defesa terrestre da nação.

Nesse contexto, o EB promoveu a adequação e instalação de organizações militares, com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cite-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília-DF.

No ano de 2009, a Lei Orçamentária Anual, acrescida de créditos adicionais (LOA + crédito), previu recursos no valor de R\$ 509.742.997,00 para as diversas Ações do Praeb, conforme consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan. Em consequência do contingenciamento de R\$ 43.891.374,00, o “crédito autorizado” ficou restrito ao valor de R\$ 465.851.623,00.

Apesar de substancial elevação em alguns créditos orçamentários, a dotação para a execução ficou ainda muito aquém das reais necessidades de investimentos,

aspecto potencializado pelos longos anos sem substituição e sem a devida manutenção, o que gerou demanda reprimida.

A insuficiência de recursos disponíveis não permitiu a consecução integral da modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo-se em fator preponderante de limitação ao atendimento das metas estabelecidas pelo Programa.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva - São Gabriel da Cachoeira -AM, com conclusão prevista para o ano de 2012. Em 2009, foram mantidos os trabalhos de construção da infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos -AM, com recursos do Programa Calha Norte (PCN). Além disso, o PCN permitiu a continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós-PA e Tunuí-AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, o Exército deu continuidade à adequação e instalação de OM, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa-PR, de forma a possibilitar a chegada do primeiro lote das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, o que aumentou o poder dissuasório do Exército.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiu-se com as ações de transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército, de Taubaté-SP para Campo Grande-MS, o que proporcionou o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste.

Em 2009, o EB deu continuidade à renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais, e à estrutura de forças de paz.

Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no processo de aquisições de viaturas blindadas de combate (VBC) Leopard 1 A5. Ainda em 2009 foi entregue o primeiro lote de 34 viaturas blindadas revitalizadas.

Houve ainda ações de revitalização dos blindados Cascavel, em que foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. Foram também executados trabalhos de manutenção preventiva e corretiva no sistema de foguetes Astros II.

Mereceu destaque também o desenvolvimento e produção de projetos de Ciência e Tecnologia - C&T. Nesse particular, o radar de vigilância antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo - AGSP, em parceria com a empresa Orbisat. No que se refere ao míssil anticarro MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército - Caex.

O reaparelhamento contemplou, ainda, a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamentos de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia e saúde para a Brigada de Operações Especiais, para a 11ª Brigada de Infantaria Leve e para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Os recursos da Ação 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército foram empregados no reequipamento dos principais sistemas operacionais, com ênfase nas classes de armamento/munição, comunicações, engenharia, intendência e motomecanização, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar a sua capacidade operacional e motivar seus recursos humanos.

Os recursos autorizados para a Ação 11U9 – Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no valor de R\$ 2.412.631,00, foram empregados na aquisição de módulos operacionais, com ênfase nas classes de intendência, armamento, engenharia, saúde e motomecanização.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares foi criada para dotar as Organizações Militares do Exército Brasileiro de estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades de adestramento e preparo das Forças Terrestres.

Teve seus recursos empregados na realização de obras de engenharia destinadas à construção de imóveis novos, ao melhoramento, à ampliação e à adequação dos imóveis jurisdicionados ao Exército Brasileiro, com a finalidade de aumentar a operacionalidade da Força e dotar os seus recursos humanos de meios mais adequados.

Programa 0626 - Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

O Programa de Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil está inserido no objetivo de governo de fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana e no objetivo setorial do Ministério da Defesa de modernizar e adequar as Forças Armadas, a fim de permitir que a MB mantenha seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do país, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

Em 2009, foram iniciados os processos de modernização de seis aeronaves AH-11A "Super Lynx"; de doze aeronaves AF-1/1A pela Embraer; da corveta "Júlio de Noronha"; da fragata "Rademaker" e dos navios-balizadores classe "Comandante Varela", além da modernização de submarinos da classe "Tupi".

Destaca-se o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o navio aeródromo "São Paulo", plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

A incorporação do navio-patrolha "Macaé", ocorrida no dia 9 de dezembro, nas instalações da Indústria Naval do

Ceará S.A., em Fortaleza (CE), marca o início da atuação de uma nova classe de navios da Marinha do Brasil - os navios-patrolha de 500 toneladas - cujo objetivo é intensificar a ação de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas onde se encontram as instalações marítimas de pesquisa e exploração de petróleo e gás, que se estendem até a Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas (cerca de 370 km do litoral).

Além desse objetivo, acrescente-se o de contribuir para a formação de uma Indústria Nacional de Defesa com uma capacidade autônoma, pela produção nacional de navios de guerra e pelo desenvolvimento, no país, de uma cadeia logística de reparos e suprimentos independentes (peças de reposição e serviços especializados), bem como aumentar a capacidade de socorro e salvamento nas Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB, potencializar a capacidade de patrulha marítima, com o emprego coordenado dos NPa na fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos nas AJB e aumentar o poder de dissuasão da Marinha do Brasil, no combate a crimes transnacionais, pela combinação dos fatores acima mencionados.

Ressalte-se a aquisição, em 2009, do navio polar “Almirante Maximiano”, a ser empregado, prioritariamente, em projetos do Programa Antártico Brasileiro, do Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”, com vistas a aumentar nossa capacidade de realizar operações anfíbias, e do Navio de Assistência Hospitalar “Tenente Maximiano”, que conferirá uma capacidade de apoio hospitalar no Pantanal, até então inexistente.

Mencione-se, ainda, a transferência da Corveta “Barroso” para o setor operativo, no dia 23 de novembro.

Em 2009, o Brasil deu passos importantes para a implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

Foram assinados acordos e contratos com a França para fins da construção de um estaleiro e uma base de submarinos em Itaguaí-RJ, aquisição de quatro submarinos convencionais, além de um com propulsão nuclear. Ressalte-se que a planta propulsora nuclear será de total responsabilidade brasileira.

A transferência de tecnologia em diversas etapas construtivas trará grandes benefícios à nossa Indústria de Defesa. Esse empreendimento contribuirá de forma decisiva para a proteção das águas sob nossa jurisdição e aumentará substancialmente a nossa capacidade dissuasória.

A missão principal desses meios será a proteção das AJB, incluindo plataformas marítimas de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal.

O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com a conclusão prevista para 2014, os quais, com atuação de forma integrada, propiciarão grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos.

Programa 0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do estado brasileiro, por meio de aquisições de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios (recursos humanos e materiais).

Em 2009, foi obtida a aprovação junto à Comissão de Monitoramento e Acompanhamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do projeto Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), o que viabilizou o recebimento de recursos e a respectiva assinatura de contrato comercial.

Noutra via, foi celebrado contrato para a aquisição de cinquenta helicópteros (Projeto H-XBR).

Desse total, dezesseis aeronaves foram distribuídas a cada uma das forças similares, sendo que a Força Aérea Brasileira foi contemplada, adicionalmente, com duas aeronaves VIP para utilização da Presidência da República.

O contrato gerou, ainda, a assinatura de um Acordo de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológico (Offset) de mesmo valor.

O Projeto H-XBR foi viabilizado por meio da realização de duas operações de crédito para o seu financiamento, ambas junto ao consórcio de bancos liderado pelo Banco Société Générale, da França.

A primeira operação, relativa a 85% do montante, está suportada por seguro de crédito fornecido pela Coface (agência francesa de fomento à exportação); a segunda trata de um empréstimo comercial, o qual suportará, aproximadamente, 10% do montante.

O restante do valor do projeto será custeado com recursos do Tesouro.

Por outro lado, os recursos alocados à Força Aérea Brasileira possibilitaram manter o Plano de Recuperação Operacional referente à incorporação de trinta aeronaves A-29 Super Tucano.

Ademais, o Comando da Aeronáutica contratou todo o suporte logístico necessário para as aeronaves F2000 Mirage, C-105A Amazonas e EMB135/EMB145; deu continuidade ao programa de recuperação da frota da FAB, particularmente das aeronaves CH-34 Super Puma, e à modernização das aeronaves C-130 Hércules e F5 EF (BR), o que agregou a atualização tecnológica das aeronaves C-95 Bandeirante, P3AM Orion e A1.

Programa 8032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

O Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas visa basicamente a atender à necessidade de

proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

Para tanto, há de se realizar, frequentemente, exercícios de adestramento com a participação das três Forças, em diversos ambientes operacionais, com o objetivo de ser avaliada e aperfeiçoada a sua capacidade de atuação integrada e a doutrina desenvolvida.

Os recursos orçamentários disponíveis para a Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz viabilizaram a realização de despesas com estágios de preparação de militares e com a manutenção das missões de paz das Nações Unidas, destacando-se a Missão de Paz no Haiti (Minustah).

Foram desenvolvidos jogos de simulação de emprego de tropas em operações de paz, com a participação em seminários e cursos, no país e no exterior, em busca da melhoria dos centros de preparo de missão de paz, conforme orientação da nova "Estratégia Nacional de Defesa", e com o atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio para o Haiti.

Essas atividades possibilitaram o prosseguimento do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em operações de paz.

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira e aumentar a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma combinada.

Observando essa realidade, os recursos da Ação 6499 - Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira - foram empregados na realização de operações naquelas áreas, citando-se, por exemplo, a Operação Laguna.

Além desta, também foram realizadas, com o aporte de recursos destinados à intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira, as operações Curare I a V e a Operação Arco Verde.

O MD, no período de 12 de junho a 31 de outubro de 2009, coordenou a participação do Comando do Exército Brasileiro e do Comando da Aeronáutica na Operação Arco Verde, cujo propósito era garantir a presença efetiva do poder público em determinadas regiões, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para um modelo de produção sustentável, nos municípios próximos à região do arco de fogo, na Amazônia.

A participação das Forças Armadas no evento deu-se por intermédio de levantamentos de área dos municípios envolvidos (inteligência operacional); ações relacionadas com o serviço militar (fornecimento de CDI, por exemplo);

e eventual apoio de transporte de pessoal aos municípios de difícil acesso.

Missão de Paz - MINUSTAH

Com os recursos da Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas - ONU - mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - Minustah.

A tropa brasileira está desdobrada em vários pontos da Cidade de Porto Príncipe e arredores, sendo o maior contingente entre os países que compõem aquela Missão. Além disso, o Comandante em Chefe das Operações Militares da Missão, "*Force Commander*", é um General do Exército Brasileiro.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança e permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos. Recentemente, houve eleições para renovação de 1/3 do Senado do Haiti, sendo que a presença dos contingentes garantiu a tranquilidade do pleito.

A estabilidade tem contribuído, decisivamente, na manutenção das condições para proporcionar o processo de desenvolvimento social e melhorias para a população haitiana e a reestruturação das instituições daquele país. Essa missão de paz é considerada uma das missões de maior sucesso patrocinadas pela ONU.

Além dos benefícios já citados com a participação brasileira na Minustah, soma-se o incremento da interoperabilidade com contingentes militares de outros países e o treinamento das tropas brasileiras em condições de emprego real. A presença brasileira em operações de manutenção da paz da ONU, especialmente no Haiti, tem contribuído para a inserção do Brasil no cenário internacional.

Em 2009, a tropa brasileira permaneceu no Haiti, com a substituição semestral dos militares integrantes do contingente brasileiro, o que exigiu um grande esforço logístico por parte das Forças Armadas e de coordenação por parte do Estado-Maior de Defesa.

Traduz-se nesse esforço o transporte de cerca de 5.000 militares, com a realização de 16 voos logísticos, para reabastecer a unidade brasileira naquele país, por meio do transporte de diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa.

Por solicitação da ONU e com a autorização do Congresso Nacional, no final de 2008, foi efetuado o aumento do efetivo da tropa de engenharia, o qual foi acrescido de 100 militares.

Como consequência, em 2009, foi concretizado o aumento dos equipamentos de engenharia da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti e, também, da capacidade de trabalho da unidade.

Outras Missões de Paz

As Forças Armadas contribuem, ainda, com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU, com atuação na melhoria das condições de vida na Guiné Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, no próprio Haiti, Timor-Leste, Nepal, Chipre e Saara Ocidental, Chade e República Centro-Africana.

Para isso, as Forças Armadas vêm trabalhando na preparação desse pessoal e de seus substitutos, ministrando cursos e realizando exercícios, com o apoio do Estado-Maior de Defesa, inclusive com o adestramento de desminagem humanitária.

Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

O Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego combinado das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único.

A cada ano, o Ministério da Defesa realiza operações combinadas em diversas regiões do país, sempre procurando preparar-se para a defesa de áreas de interesse estratégico do Brasil.

Operação Laguna

Trata-se de exercício militar combinado, na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, no período de 28 de setembro a 9 de outubro, com vistas ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações combinadas, dando ênfase no resgate de nacionais, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à faixa de fronteira oeste, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região.

Foram empregados cerca de 4.500 militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte, viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas, carros de combate e desdobramento de tropas especiais.

Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Região Centro-Oeste, a Operação Laguna teve por objetivos treinar os Comandos e Estados-Maiores, sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente do pantanal brasileiro; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, para aprimorar o conhecimento sobre o Centro-Oeste; realizar treinamento combinado, nos níveis operacional e tático, em situações específicas, e efetivar ações que envolvam o combate convencional em área de pantanal, tais como: operações ribeirinhas, aeromóveis e aeroterrestres, controle de área ribeirinha, patrulha em águas jurisdicionais do

país, coordenação do espaço aéreo e interdição do apoio externo.

Operação Laçador

A Operação Laçador foi um exercício conduzido pelo Ministério da Defesa, no Comando Militar do Sul (CMS), com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, realizado entre os dias 16 e 27 de novembro de 2009.

Teve como principal motivação o treinamento das Forças Armadas para um eventual emprego, em defesa da soberania de nosso país, da matriz energética, com ênfase na proteção de nossas plataformas de petróleo, refinarias e unidades de geração de energia hidroelétrica (UHE).

A Operação Laçador foi realizada na Região Sul, em uma área de grande importância estratégica para o país, devido às refinarias e reservas de gás e petróleo presentes na região. Foram empregados mais de 10.000 militares, 17 navios, 2 submarinos, 33 aeronaves de asa fixa e de asa rotativa e cerca de 350 veículos terrestres, entre viaturas blindadas e viaturas sobre rodas.

Operação Felino

O Brasil participou, no período de 23 a 30 de agosto de 2009, no Distrito de Boane, na Cidade de Maputo, em Moçambique, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Exercício Felino, em sua nona edição, o qual tem por objetivo exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no quadro daquela Comunidade, buscando incrementar a interoperabilidade e o treinamento das Forças Armadas dos Estados Membros.

O objetivo estratégico do exercício consiste em adotar uma doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da CPLP, de modo a fazer parte de uma coalizão sob a égide de organismos supranacionais com foco em operação de manutenção de paz, segundo o escopo legal do Tribunal Penal Internacional, o qual foi plenamente atingido.

Exercícios de Simulação

Importante ferramenta para a sedimentação, validação e teste da doutrina combinada/conjunta, o Ministério da Defesa participou, durante o ano de 2009, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de dois Exercícios de Simulação:

- Exercícios de Simulação Operatlán. Realizado no período de 29 de junho a 3 de julho, sediado na Escola de Guerra Naval, na Cidade do Rio de Janeiro. O exercício reuniu oficiais superiores das três Forças e do Estado-Maior de Defesa e teve por objetivo principal a verificação da possibilidade de adoção, pelas três Forças, de uma plataforma analítica sobre a qual está desenvolvido o software que possibilita a verificação dos planejamentos e das documentações decorrentes; e

- Exercícios de Simulação Azuver. Desenvolvido no período de 9 a 18 de novembro, na Cidade do Rio de Janeiro, teve por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas, Escola de Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. O exercício reuniu aproximadamente 400 oficiais superiores, contando, ainda, com a participação de alunos e instrutores da Escola Superior de Guerra e de oficiais do Estado-Maior de Defesa.

Cooperação Militar com Países Amigos

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação, no âmbito internacional, o Estado-Maior de Defesa participou e coordenou, no ano de 2009, reuniões com os Estados-Maiores das Forças Armadas dos seguintes países amigos: Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Peru, Portugal e Venezuela.

Essas reuniões proporcionaram intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o

aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional, houve o aumento da confiança mútua entre as instituições participantes.

Programa 0631

Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

O Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária foi criado para aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do Sistema de Infraestrutura Aeroportuária Brasileira, com vistas a adequá-lo ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

No que concerne à reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional, a cargo do Comando da Aeronáutica e da ANAC, foram desenvolvidas obras de reforma, ampliação, readequação de diversos aeródromos, hangares e reformas de pistas, que trouxeram grandes benefícios para os estados e municípios atendidos. Em consonância com o percentual de realização do orçamento de investimentos da Infraero, o quadro seguinte traz o detalhamento da execução das ações de maior relevância.

Em R\$ 1,00

AÇÃO	ORÇADO	REALIZ.	%
1 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OBRAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC			
0631.1F52.0052 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO INTERNO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA	873.050	0	0
0631.1F53.0016 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ	7.580.162	0	0
0631.1F54.0033 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO SANTOS DUMONT	5.739.046	0	0
0631.1F55.0024 - EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE	44.915.839	17.202.556	38
0631.1F56.0042 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS	2.068.923	35.289	2
0631.1F59.0053 - CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DE POUSO E DO SATÉLITE SUL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA	7.725.000	0	0
0631.1F60.0023 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA	2.710.409	0	0
0631.1J93.0041 - AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA	2.519.872	800.354	32
0631.1J95.0032 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA	3.229.707	1.227.731	38
0631.1J97.0014 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA	1.300.458	1.207.049	93
0631.1J99.0035 - ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	67.889.588	0	0
0631.1K02.0026 - IMPLANTAÇÃO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE	9.734.364	2.375.758	0
0631.1M30.0035 CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS	12.386.529	1.653.103	13
0631.1M31.0035 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	4.556.447	320.908	7
0631.1M32.0033 RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO	27.796.000	24.488.352	88
0631.1M33.0043 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE	2.969.000	297.738	10
0631.1O00.0035 - RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS	2.147.369	877.310	41
031.1P52.0022 AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNÁIBA	15.417.661	12.240.090	79
0631.1P63.0033 REFORMA DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO	1.118.041	95.114	9
0631.1P68.0032 CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO DE VITÓRIA	921.010	247.770	27
0631.1OZ4.0035 - CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS	76.210.661	11.430.387	15

AÇÃO	ORÇADO	REALIZ.	%
0631.10Z5.0033 – 3ª ETAPA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS	2.169.562	308.704	0
0631.10Z8.0033 – REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO GALEÃO (TPS 1)	46.858.372	19.745.056	42
0631.10ZA.0031 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINES	3.233.147	1.075.972	33
0631.10ZB.0023 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS - FORTALEZA (CE)	1.500.000	73.357	5
0631.10ZD.0015 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTARÉM (PA)	1.690.105	973.156	58
0631.10ZE.0022 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E PÁTIO DE AERONAVES DO AEROPORTO DE TERESINA	891.013	0	0
2 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OUTRAS OBRAS			
0631.7J01.0033 – REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO – TPS2	109.930.709	18.425.183	17
0631.127X.0031 – AQUISIÇÃO DE ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO SÍTIO DO AEROPORTO DA PAMPULHA - MG	10.504.000	10.504.000	100
3 - AÇÃO: ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
0631.1F62.0001 – ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NACIONAL	152.087.127	46.234.364	30
4 - AÇÃO: MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
0631.4099.0010 - REGIÃO NORTE	40.258.022	27.994.957	70
0631.4099.0020 - REGIÃO NORDESTE	33.542.033	19.476.424	58
0631.4099.0030 - REGIÃO SUDESTE	89.706.087	77.128.672	86
0631.4099.0040 - REGIÃO SUL	24.193.170	7.666.965	32
0631.4099.0050 - REGIÃO CENTRO-OESTE	74.769.638	55.831.909	32

Fonte: Infraero

A Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária, composta por obras do PAC teve sua execução prejudicada, em virtude de fatores como:

- paralisação unilateral, por parte da contratada, motivada por interposição de recursos pelo Tribunal de Contas da União, tal como ocorreu com a construção do terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios do Aeroporto de Goiânia;
- ausência de garantias financeiras, oferecidas por parte da contratada, exigidas por aquele Tribunal, a exemplo da construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá, ou pelo fato de algumas obras apresentarem preços superiores àqueles estabelecidos pelo TCU.

Em contrapartida, alguns empreendimentos realizados no âmbito dessa ação tiveram alto percentual de execução.

Cite-se como exemplo a aquisição de área para ampliação do sítio do Aeroporto de Pampulha, cujo processo foi 100% concluído; a obra de expansão da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista, com 93% de execução; a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão com 88% e a ampliação e recuperação do pátio de aeronaves e pistas de pouso/decolagem do Aeroporto da Paraíba, que atingiu o percentual de 79% de execução.

Quanto à Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária - Outras Obras - encontra-se em análise proposta de aditamento ao contrato que prevê o incremento de alterações e melhorias para o projeto da obra, visando ao atendimento das novas demandas apresentadas pela Diretoria Comercial, em momento posterior à contratação da obra, o que impactou no andamento do processo.

Dentre as obras de readequação da infraestrutura aeroportuária nacional, destaca-se:

- a aquisição e instalação do sistema de proteção perimetral em diversos aeroportos da rede;
- a construção da pista de acesso às concessionárias, terminais de cargas e locadoras, e elaboração dos projetos de reforma e ampliação do atual terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília;
- a construção de nova cobertura autoportante e de elementos estruturais no terminal de cargas II do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes;
- fornecimento e instalação de portas reversíveis dos "Fingers";
- obras e serviços de infraestrutura e instalação do ILS CAT II e a implantação da nova estrutura metálica espacial e cobertura, assim como a adequação do pavimento em área interna do terminal de cargas no Aeroporto de Guarulhos;
- celebração de convênio com a UNB/CDT, para implementação do Programa Fauna em 10 aeroportos da rede Infraero, dentre outras.

Algumas obras tiveram a sua conclusão retardada devido a atrasos nos processos licitatórios, os quais se consubstanciaram a atender as exigências formais, técnicas e de controle determinadas pelo TCU.

Nas realizações da Ação de Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária na Região Norte destacam-se:

- os investimentos em equipamentos, como a aquisição de transelevador e empilhadeiras, na área segurança aeroportuária;

- aquisição de rádio portátil de comunicação; integração do sistema de vigilância do terminal de cargas com o sistema de pesagem da carga;
- substituição de câmeras e adequação da infraestrutura atual; e
- a implantação de sistema informativo de voo.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, registre-se a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, dentre outras. Já na região Nordeste, alguns investimentos tiveram a sua conclusão atrasada em virtude da revisão dos processos licitatórios para atendimento de exigências do TCU.

Dos investimentos de manutenção de maior relevância ocorridos nesta região, merecem destaque a troca de equipamentos de manutenção, recapeamento e sinalização horizontal da pista de pouso e a recuperação da cerca perimetral.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia para aumentar a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, de modo a permitir uma produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea.

Na Região Sudeste foram realizados diversos empreendimentos e adquiridos equipamentos, com destaque para:

- as obras e serviços de infraestrutura para implantação do sistema de gestão de estacionamento;
- adequação de ilhas de cancelas e infraestrutura elétrica; fornecimento e instalação de esteiras de bagagem de embarque e desembarque;
- aquisição de longarinas para diversos aeroportos da região e várias outras melhorias de grande importância.

Na Região Sul, dentre os investimentos realizados no decorrer do exercício de 2009, destacam-se:

- a aquisição de equipamentos para segurança e conforto dos passageiros,
- a ampliação dos sistemas de vigilância nos terminais de cargas;
- aquisição de longarinas para embarque e saguão;
- aquisição de veículos para área de manutenção;
- melhoria nos sistemas de controle de acesso;
- recapeamento, alargamento e novo balizamento para pista de pouso e decolagem; e

- recuperação da taxiway e da recomposição de piso do sistema de combate incêndio.

Por último, dos investimentos realizados na região Centro-Oeste, podem-se destacar a aquisição de estações de rádio de comunicação para estações fixas, móveis e portáteis e a adequação dos fluxos hídricos oriundos da drenagem da segunda pista, assim como a pintura da sinalização horizontal de pátios e pistas no Aeroporto Internacional de Brasília.

Os investimentos que possuem uma complexidade maior quanto ao preparo das especificações e realização dos processos licitatórios tiveram um atraso maior para serem concluídos.